

ESP
08/10/1998 A-12
286

Crise asiática atinge império das madeireiras

Empresas reduzem extração de árvores na floresta amazônica, amenizando a destruição ambiental, mas criam o fantasma do desemprego, que já paira sobre centenas de trabalhadores

PABLO PEREIRA
Enviado especial

ITACOATIARA – A queda nos preços internacionais da madeira, provocada pela crise de capital na Ásia, as dificuldades de exportação com a atual política cambial e as medidas de controle ambiental do governo devem diminuir a pressão sobre a floresta nos Estados do Amazonas e Acre. No meio de uma forte retração, as madeireiras brasileiras preparam-se para produzir menos, estão cortando pessoal e mudando até a natureza dos negócios.

“As empresas vão reduzir produção”, afirma Bruno Stern, presidente do Sindicato das Indústrias Laminadoras. Em Itacoatiara, município de 65 mil habitantes que tem o maior parque industrial exportador do Estado, com cerca de 2 mil empregos, as demissões já começaram. Em média 45 trabalhadores perdem o emprego por mês na cidade. “São demitidos entre 40 e 50 todos os meses”, informa o diretor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira de Itacoatiara, Rosquilde Pessoa.

Na região do Alto Solimões, que envolve sete municípios na divisa do Amazonas com o Peru e a Colômbia, os sinais da retração são evidentes. “Das cinco serrarias instaladas, apenas uma apresenta sinais de funcionamento”, diz Teófilo Said Neto, coordenador de Tecnologia do Sebrae.

No Amazonas, a crise derrubou pela metade o número de indústrias de laminados e compensados. Das dez empresas que atuavam, segundo diagnóstico

sobre o setor madeireiro publicado pelo Sebrae em 1994, há hoje cinco, somente uma delas considerada de capital nacional. A situação é ainda pior no Acre. Das 85 serrarias que existiam em 1985, somente oito estão em operação. Dos 9 mil empregos, sobram mil.

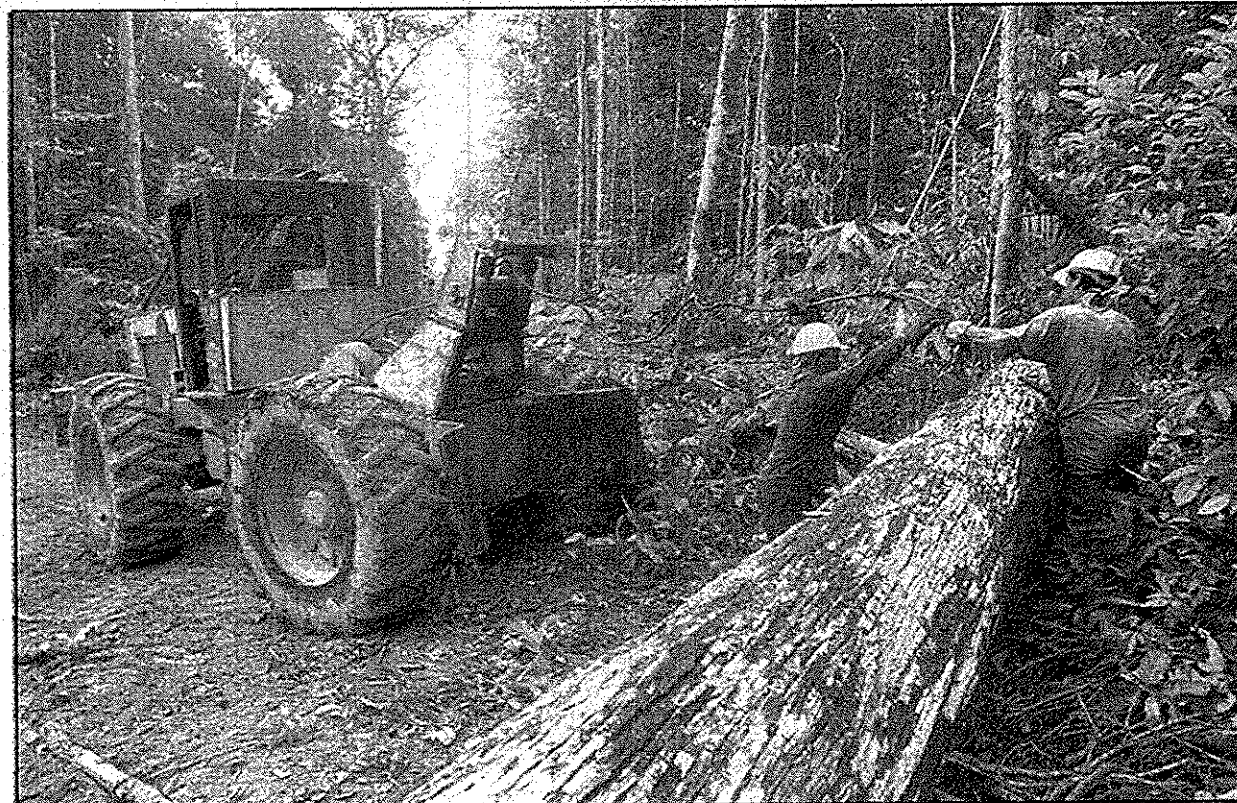
Dificuldades – Para as empresas, as explicações para o quadro caótico vivido pelo setor são diversas. Os líderes empresariais alegam que a política cambial é prejudicial ao exportador com o colapso de capital nos países asiáticos, que explodiu em outubro. Fortes no fornecimento de

derivados de madeira, os asiáticos derrubaram os preços internacionais de alguns produtos em cerca de 20%, criando problemas para as madeireiras brasileiras. Mas um dos principais componentes desse quadro é a dificuldade no fornecimento de matéria-prima.

Nos últimos dois anos, o gover-

no apertou o cerco sobre a produção clandestina de toras, quando começaram a chegar ao País investimentos de madeireiras asiáticas. Para tentar evitar que ocorram na região desastres como os de Rondônia e do Pará, nos quais projetos de colonização e exploração irregular de madeira danificaram a floresta e provocaram até a revisão da política de financiamento do Banco Mundial para a Amazônia, o governo ampliou a fiscalização.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) funciona agora no Estado com uma novidade chamada inventário a



Operários da Gethal, maior madeireira do País, retiram tora: empresa aposta no mercado nacional

100%, um projeto piloto que o governo quer expandir para outras regiões de exploração. A medida obriga a madeireira a fazer um levantamento da quantidade de árvores que podem ser derrubadas, classificadas por espécie, na área a ser explorada. Com o documento em mãos, os técnicos do Ibama podem conferir toco por toco se há irregularidades na retirada das toras. Sem planos de manejo aprovados, as asiáticas compram a produção de terceiros para poder funcionar.

Não contente com o torniquete que aplicou na extração da madeira, o governo planeja reduzir ainda mais a permissão de retirada por hectare. “A retirada antes era de 150 metros cúbicos, caiu para 50 e a idéia é baixar para 30 metros cúbicos por hectare”, explicou o superintendente do Ibama, Hamilton Casara.

Apontando no mapa, Casara mostrou a região mais pressionada pela extração madeireira hoje. A exploração está mais concentrada numa área em forma de triângulo, que vai da divisa com o

Acre às várzeas dos Rio Juruá, e desce na direção do Rio Madeira e dos municípios de Manicoré e Humaitá.

É nessa região, por exemplo, que a Gethal Amazonas, considerada a maior brasileira do setor, mantém oito áreas de extração com planos de manejo sustentado aprovados pelo Ibama, com a possibilidade de retirar mais de 270 mil metros cúbicos, um terço do que o governo autorizou para a safra 96/97.

Arrocho – A situação piorou para as madeireiras brasileiras quando em 1996 o presidente Fernando Henrique Cardoso proibiu por dois anos o corte de mogno, considerado o ouro vegetal. O arrocho prosseguiu com o Ibama atuando forte no controle da origem da madeira que sai das várzeas alagadas na estação das chuvas e chega aos pátios das serra-

rias, boiando pelos rios. É a chamada jangada.

Para ter o controle do fornecimento, o Ibama bateu firme nos projetos de exploração. Dos 114 planos de manejo florestal previstos para a safra 96/97, somente 50 estão em atividade. O Ibama arquivou 27, suspendeu 22 e outros 12 pernamecem em análise

**QUEDA
DOS PREÇOS
FOI DE
ATÉ 20%**

na câmara técnica multidisciplinar, criada para rever as autorizações de exploração de madeira.

No meio desse quadro de retração do mercado, a nova Lei Ambiental brasileira está sendo vista por empresários como uma espécie de tiro de execução nas pequenas madeireiras e serrarias. O abastecimento de toras é permitido hoje por três modalidades. A principal são os planos de manejo florestal sustentável. As demais são a compra de madeira de terceiros e o chamado uso alter-

nativo do solo, que é a compra da madeira derrubada nos desmatamentos para plantio ou pecuária.

Na semana passada, o presidente do Sindicato das Indústrias Laminadoras, Bruno Stern, que também é diretor-presidente da madeireira Gethal, de Itacoatiara, afirmou, com a previsão de redução na produção, que a saída tem sido o mercado nacional e o dos países do Mercosul. “A queda nos preços da madeira industrializada foi de até 20% em alguns produtos”, emendou o diretor comercial da Gethal Amazonas, Antônio Carlos Chioca.

De acordo com o diretor comercial, os valores praticados na exportação de um tipo de compensado para os Estados Unidos caíram de US\$ 400,00, o metro cúbico, para US\$ 320,00.

“O setor madeireiro é hoje a única fonte de emprego no interior”, argumentou. “Existem mais de 30 mil pessoas dependendo do setor.” Stern lembrou que as quatro indústrias instaladas em Itacoatiara já empregaram cerca de 3 mil pessoas e hoje esse número caiu para 2 mil.

O diretor-presidente da Gethal negou que a empresa tenha controle de capital estrangeiro. “Essa informação está até em relatório da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), mas não é verdade”, disse. Ele garantiu que a empresa tem controle de capital brasileiro (75%). Os demais 25% são da alemã Weitag. A fábrica emprega 850 funcionários e exporta para os Estados Unidos, Alemanha, Mercosul e centro do País. Para Stern, a Gethal mantém a capacidade de abastecimento em seus oito planos de manejo florestal existente no Amazonas e não deve enfrentar problemas com abastecimento. Mas os técnicos do setor acreditam que a falta de madeira vai continuar afetando as madeireiras de menor porte.

Na selva, o inverno tardio ainda não interrompeu a retirada de troncos. Na quinta-feira, o ronco da motosserra espantou as aves, enquanto três homens de uma equipe de extração de madeira ignoravam a chuva do tardio inverno.

Sebastião Moreira/Ag

Empresário faz críticas à “incompetência”

O madeireiro Waldomiro Soster sugere a saída para os colegas que estão sentindo mais a crise

RIO BRANCO – Numa tarde quente, após passear pelo pátio da madeireira Santa Maria, no distrito industrial de Rio Branco, e apresentar um trator recém-comprado, Waldomiro Soster, dono da empresa e presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Acre, criticou os ambientalistas, acusou os pecuaristas de devastadores e disse que a quebra das madeireiras é por incompetência. Soster afirmou ainda que não há complicações legais com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). “Nós temos 50 mil mudas plantadas”, declarou ao **Estado**. Depois, passou ao filho Jarbas Soster, gerente da madeireira, a incumbência de falar sobre a empresa. Leia trechos da entrevista:

Estado – Qual a situação do mercado de madeira no Acre?

Jarbas Soster – Atualmente está um pouco frio. A pauta de madeira está muito alta. Em Rondônia e Mato Grosso o ICMS é 100% menor do que aqui. A distância também isola. O comprador que vem do sul do País, pára em Rondônia. Sobre o Ibama, não temos do que reclamar. Cumprimos as exigências, investimos em reflorestamento. Nós nos especializamos em agregação de valores para atender ao mercado local, beneficiando a madeira.

Estado – A saída é industrializar e vender para o mercado local?

Soster – É a saída. Você deve produzir pequenos objetos, aproveitar o máximo. Produzir pisos, assoalhos, batentes, forros. Cerca de 85% da nossa produção é para mercado local.

Estado – Enquanto a maioria das empresas está fechando, vocês estão investindo R\$ 1 milhão. Qual é a mágica?

Soster – Não é diretamente em dinheiro. Muita coisa é produzida por nós. A montagem do galpão está sendo feita pela nossa construtora.



Waldomiro Soster: “O jeito é produzir para o mercado local”

Sebastião Moreira/AE

Estado – Quantos empregos vocês oferecem?

Soster – Hoje temos 100 funcionários, desde a extração florestal até o comércio. Se o governo tiver interesse em promover obras sociais, o emprego pode aumentar.

Estado – Havia 85 madeireiras operando em 1985, hoje não passam de oito. Vocês estão na contramão disso.

Soster – Esse pessoal que está quebrando não se preparou para a mudança. A globalização, a modernização, estão aí. A gente se adaptou.

Estado – Esses que quebraram não acompanharam o mercado e ainda ficaram sem o mogno, madeira mais cobiçada?

Soster – Eram empresas mais voltadas para o mogno. Como a restrição da medida provisória proibiu a extração do mogno, essas empresas não conseguiram outros mercados.

Estado – Vocês usam mogno?

Soster – Não. Nossa atividade é tirar todas as espécies possíveis que a floresta pode oferecer dentro de diâmetro de 60 centímetros. Madeiras com diâmetro menor são economicamente inviáveis.

Estado – Os madeireiros têm a imagem de devastadores. O que vocês acham disso?

Soster – É falta de conhecimento da região amazônica. Os ambientalistas vivem no asfalto. Eles baseiam-se nas áreas de reflorestamento. Ou então naquelas áreas que são para usina queimar, onde é feito o chamado corte raso. É cortar todas as árvores da área. A exploração nas florestas tropicais é diferente. Se você extrair árvore com menos de 60 centímetros, vai ter prejuízo. É muito nova, tem brancal, a casca da madeira vai envergar, não dá um bom produto. O agricultor é quem faz isso.

Estado – Mas, em Rondônia houve devastação, não é? E os madeireiros contribuíram, não?

Soster – É. Isso está muito relacionado ao tipo de madeira explorada. Se for reflorestamento, é claro que vai haver devastação. Não selva tropical, onde há o manejo sustentável, não ocorre isso. Eu discordo que o madeireiro seja devastador. O madeireiro é um mero aproveitador de madeira em áreas autorizadas. Se não existisse o madeireiro hoje, seria um desastre para a Amazônia.

Estado – Mas a imagem é a de devastador.

Waldomiro Soster – Sabe quem é o devastador? O fazendeiro. Ele corta e faz pasto. Ele desmata. O madeireiro é só o aproveitador.

A GENTE
SE ADAPTOU
ÀS
MUDANÇAS

Irmãos culpam governo por falência

Donos de empresa pequena dizem que não conseguem produzir nada e só recebem multas

RIOBRANCO— Os irmãos Neri e Noli Schu, donos da madeireira Triângulo, em Rio Branco, gaúchos de Três Passos que viviam em Rondônia e se transferiram para o Acre para explorar mogno, estão falidos. A empresa não produziu uma tábua em 97. Com investimentos de R\$ 200 mil empataados numa serraria, eles sobrevivem da marcenaria. Devem multas por exploração irregular de madeira no Ibama, reclamam de perseguição e afirmam que não têm como pagar das dívidas.

Estado — Qual é a situação da sua empresa?

Noli Adelar Schu — A situação é de caos. Estou mexendo no ramo de marcenaria. Em 1994, eu tinha 80 funcionários. Hoje tenho cinco. Em 1997, a serraria ficou parada.

Estado — Qual o tipo de madeira que você trabalhava?

Schu — Mogno, cerejeira, cedro e cumaru-ferro, que é muito comum nesta região.

Estado — Qual era seu mercado?

Schu — Praticamente todo em São Paulo. Um pouco ia para o Paraná, Santa Catarina, mas 80% era para São Paulo.

Estado — A sua produção era beneficiada?

Schu — Não. Mogno, cedro e cerejeira eram só serrados. O cumaru ia beneficiado em assoalho.

Estado — O que deu errado no negócio?

Schu — Eu acho que a fiscalização, a ecologia, a perseguição de órgãos fiscalizadores prejudicou muito a classe. Não acharam solução para os casos, retardaram todo tipo de documentação. Logo após veio a proibição do mogno. Nós que tínhamos feito investi-



Noli Schu, onde funcionava a madeireira: "Situação é de caos"

mentos para extrair a madeira não tivemos mais o mogno. Daí, seguiram autos de infração e multas irregulares. Recorremos, mas não tivemos nenhuma chance. Falaram que eu teria de pagar a multa para depois recorrer. Aquilo é uma bola de neve. Cada vez que você vai lá o valor está maior.

Estado — Quanto você deve de multas no Ibama?

Schu — Em 1995, eu tive uma multa de R\$ 9 mil. No início de 1996, quando já estava em R\$ 12 mil eu fui lá e parcelei em dez vezes, mas só consegui pagar duas partes. No fim de 1997 estava em R\$ 17 mil.

Estado — O que aconteceu com a maquinaria, os investimentos na infra-estrutura da empresa?

Schu — Por não ter dado certo, tivemos despesas, vendemos caminhão, trator, para tentar pagar os débitos na praça.

Estado — Qual é a perspectiva da empresa?

Schu — Se eu tivesse condições de voltar atrás, teria voltado. O que nós tínhamos, botamos aqui. Vamos deixar aqui? Temos famí-

lia. Esperamos mudanças de política, que mude a cabeça do povo para achar soluções. Até então, eles vieram para parar a gente.

Estado — Você reclamou do trabalho dos ambientalistas? Seu irmão disse que eles atrapalharam.

Schu — É lógico. A pressão sobre o Acre é muito grande em termos de ecologia, ambientalistas, Chico Mendes. Essas pessoas que seguem Chico Mendes cegamente. Só que não somos contra a preservação e reflorestamento, mas temos que andar juntos. Não dessa forma como eles querem. Reflorestamento aqui no Estado ninguém agüenta fazer. É um absurdo a exigência. Aqui se tem de plantar seis mudas por metro cúbico tirado.

Estado — O madeireiro tem uma imagem muito ligada à devastação. É isso mesmo?

Schu — É, a imagem é esta. Mas ninguém vê a realidade. Os madeireiros sempre pagaram reflorestamento. Não se extraía um metro cúbico sem pagar reflorestamento para o Ibama. Agora, o que o órgão fez com esse dinheiro que foi arrecadado, que não foi pouco? Quem acaba com a floresta não são os madeireiros: é o fogo. Por que pode-se derrubar e queimar e eu não posso tirar a madeira?

**NÚMERO DE
FUNCIONÁRIOS
FOI REDUZIDO
DE 80 PARA 5**